

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA

Luiza da Silva Braido

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E FEMINIZAÇÃO DOS  
PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DO CURSO NORMAL DO  
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC, DE SANTA  
MARIA/RS, ENTRE 1901 E 1970**

Santa Maria, RS

2018

**Luiza da Silva Braido**

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E FEMINIZAÇÃO DOS PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DO CURSO NORMAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC, DE SANTA MARIA/RS, ENTRE 1901 E 1970**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Pedagoga**.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liliana Soares Ferreira

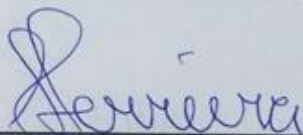
Santa Maria, RS  
2018

Luiza da Silva Braido

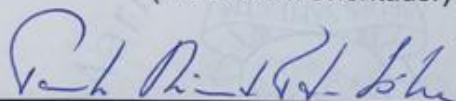
**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E FEMINIZAÇÃO DOS PROFESSORES:  
UM ESTUDO A PARTIR DO CURSO NORMAL DO INSTITUTO ESTADUAL  
DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC, DE SANTA MARIA/RS, ENTRE 1901 E 1970**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Pedagoga**.

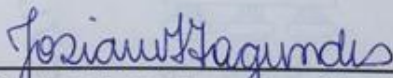
**Aprovado em 13 de Dezembro de 2018:**



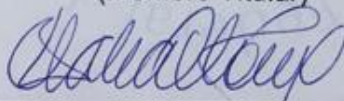
**Liliana Soares Ferreira, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



**Paulo Ricardo Tavares, Dr. (UFSM)**  
(Membro Titular)



**Josiane Lara Fagundes, Ms. (IFFAR)**  
(Membro Titular)



**Dulcineia Libraga Papalia De Toni, Ms. (UFSM)**  
(Membro Suplente)

Santa Maria, RS

2018

## 1. RESUMO

### **VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E FEMINIZAÇÃO DOS PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DO CURSO NORMAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC, DE SANTA MARIA/RS, ENTRE 1901 E 1970**

AUTORA: Luiza da Silva Braido

ORIENTADORA: Liliana Soares Ferreira

Esta pesquisa tem como foco analisar como se constitui a valorização profissional dos professores no Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac - IEEOB, de Santa Maria/RS, entre 1947 e 1970. Para entender é necessário voltar ao século dezenove, e descobrir como surge o Curso Normal no Brasil e no Rio Grande do Sul. Para a realização da pesquisa foi escolhido o IEEOB por ser o primeiro Instituto de Educação criado no interior do Estado, que mantém um rico acervo histórico com inúmeros dados, ao qual a pesquisadora teve acesso, como Bolsista de Iniciação Científica em projeto sobre o Curso Normal, com o Grupo de Estudos e pesquisas Kairós, que se destina a estudar Trabalho, Políticas Públicas e Educação. É importante entender a historicidade do Curso Normal, para então compreender a valorização dos professores que diz muito sobre os profissionais da educação e sobre os momentos, políticos e sociais, que influenciam e influenciaram na educação. Para o referencial teórico estudou-se obras de Saviani (2010), Hypólito (1997, 1999) e Ferreira (2008, 2010), além de outros. Como técnicas de produção de dados realizou-se análise documental entendida como o estudo dos documentos em seus contextos de produção comparando-os entre si, sendo eles sistematizados com o intuito de estudar o processo de valorização que, se entende, compreende o salário e o tratamento dado aos professores, entendidos como trabalhadores da educação. Nesse processo, acredita-se que falta consciência de classe dos professores e falta fazer ecoarem suas vozes em busca de melhorias na profissão e, conseqüentemente em seu trabalho pedagógico.

**Palavras-chave:** Curso Normal. Valorização Profissional. Feminização. História da educação.

## 2. ABSTRACT

### **PROFESSIONAL APPRECIATION AND FEMINIZATION OF TEACHERS: A STUDY FROM THE NORMAL COURSE OF THE INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC, SANTA MARIA / RS, BETWEEN 1901 AND 1970**

AUTHOR: Luiza da Silva Braidó

ADVISOR: Lílíana Soares Ferreira

This research aims at analyzing the professional appreciation of teachers in the Normal Course of the State Institute of Education Olavo Bilac - IEEOB, Santa Maria / RS, between 1947 and 1970. To understand it is necessary to go back to the nineteenth century and find out how the Normal Course in Brazil and in Rio Grande do Sul arises. In order to carry out the research, IEEOB was chosen because it is the first Institute of Education created in the interior of the State, which maintains a rich historical collection with numerous data, to which the researcher had access, as a Scholarship for Scientific Initiation in a project on the Normal Course, with the Research and Studies Group Kairós, which is intended to study Work, Public Policies and Education. It is important to understand the historicity of the Normal Course, to understand the appreciation of teachers that says a lot about educational professionals and about the political and social moments that influence and influence education. For the theoretical reference, we studied works by Saviani (2010), Hypólito (1997, 1999) and Ferreira (2008, 2010), as well as others. As data production techniques, documentary analysis was carried out, understood as the study of the documents in their production contexts, comparing them to each other, being systematized in order to study the appreciation process, which is understood as comprising the salary and the treatment of teachers, understood as education workers. In this process, it is believed that there is a lack of class consciousness among teachers and it is necessary to echo their voices in search of improvements in the profession and, consequently, in their pedagogical work.

**Keywords:** Normal Course. Professional appreciation. Feminization. History of education.

### 3. LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Jornal O Combatente .....	23
Imagem 2 – Depoimento de um ex aluno ao jornal da cidade .....	26
Imagem 3 - Lista dos vencimentos de 1942 .....	33
Imagem 4 – 1º turma de normalistas, 1947.....	36
Imagem 5 – Convite de formatura Professorandas do ano de 1966 .....	38

#### 4. LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas 1906 e 1942 .....	31
Gráfico 2 – Quantidade de matrículas 1942 e 1944 .....	35

## **5. LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Materiais de pesquisa encontrados no Acervo Histórico .....	16
--	----



## 6. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RS	Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
PROBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Prolicen	Programa de Licenciaturas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
IEEOB	Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac
AHIEEOB	Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac
CN	Curso Normal
ENOB	Escola Normal Olavo Bilac

## 7. LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Atestado de idoneidade moral.....	48
Anexo B – Publicação em jornal, curso de admissão 1952.....	49

## SÚMARIO

1. RESUMO.....	2
2. ABSTRACT .....	4
3. LISTA DE IMAGENS .....	5
4. LISTA DE GRÁFICOS.....	6
5. LISTA DE QUADROS .....	7
6. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	8
7. LISTA DE ANEXOS .....	9
8. INTRODUÇÃO .....	11
9. Os caminhos da pesquisa .....	14
9.1. Aspectos metodológicos.....	14
9.2. Campo empírico: a história da educação, do Curso Normal, da Instituição, ligada a feminização e valorização profissional. ....	17
9.2.1 Uma formação necessária, ideias iniciais da história da educação .....	17
9.3.2 A instituição.....	22
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
10. REFERÊNCIAS.....	45
11. ANEXOS .....	48

## 8. INTRODUÇÃO

Já não aceito essa conversa fiada  
 De ideologias que não levam a nada  
 Da propaganda que cria e destrói  
 E o sentimento o dinheiro corrói  
 Corporações incorporam jornais  
 Revelações de mentiras reais  
 Obediência e colaboração  
 São os deveres de um bom cidadão  
 Não leve a mal o que eu vou te dizer  
 Mas você foi criado pra obedecer  
 E aqueles fantoches que estão no poder  
 Não tão nem aí pro que tens a dizer  
 Não leve a mal o que eu vou te falar  
 Mas você foi criado pra se conformar  
 Mais uma engrenagem pra roda girar  
 Não fazendo nada, pra nada mudar  
**Se movimente!**  
**E sinta os grilhões que te prendem**  
**Se movimente!**  
**Não seja mais um que se rende.**  
*(Guantánamo Groove, 2016)*

Movimente-se! Mude, não tenha medo de enfrentar, saia do conforto, lute pelos seus direitos. Os professores são a maior engrenagem do mundo. Podem transformar tudo. Podem despertar em seus estudantes o espírito crítico. Formam todas as outras profissões. Todo mundo em alguma fase da vida já teve um professor, e este mesmo ser que deveria ser valorizado, é humilhado, trabalha em más condições, com péssimos salários e falta de reconhecimento. Por muitas vezes, nem ele luta pelos seus direitos. Pensando sobre esses aspectos, com este trabalho, objetivo estudar a valorização profissional dos professores do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, de Santa Maria/RS e o processo de feminização<sup>1</sup> como

---

<sup>1</sup> Por feminização, entende-se o momento que as mulheres entraram no trabalho como professoras, em larga escala. Trata-se da saída dos homens para o trabalho no mundo industrial, abrindo vagas

correlato, considerando como hipótese que a desvalorização vem desde os primeiros cursos de formação de professores e que está relacionada com o ingresso em maior escala de mulheres na profissão. Este trabalho também objetiva ser pré-requisito para a conclusão do curso de Pedagogia, iniciado em 2014, na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, quando também me tornei Bolsista de Iniciação Científica (PROBIC – FAPERGS/UFSM). Desde aquela época, este foi o tema que sempre me despertou inquietações e agora tenho a oportunidade de estudar e escrever mais sobre.

Desde o início do curso de Pedagogia (Diurno), participo do Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas. Nesta comunidade acadêmica<sup>2</sup> foi sendo desenvolvido um projeto denominado “Sentidos, descrições e possibilidades de trabalho do pedagógico: o trabalho dos professores em questão”, financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul, além de financiamentos PIBIC – CNPq/UFSM<sup>3</sup>, Probic – FAPERGS/UFSM<sup>4</sup>e Prolicen - UFSM<sup>5</sup>. O objetivo central daquele projeto, desenvolvido pelo grupo Kairós, foi entender a constituição do trabalho pedagógico dos professores do Curso Normal do Rio Grande do Sul, a partir das escolas de formação de professores<sup>6</sup> em nível médio (Curso Normal ou Magistério). Partiu-se do pressuposto que a primeira Escola Normal foi inaugurada no ano de 1835, em Niterói – RJ e que a primeira faculdade de Pedagogia surgiu mais de um século depois, no

---

para que as mulheres assumissem a escola. Esse fato gerou a adequação da educação escolar ao perfil feminino. Por exemplo, o trato da infância atenuou-se, ficou mais dócil.

<sup>2</sup> Conforme Ferreira, 2017, entende-se por comunidade acadêmica um grupo que se reúne semanalmente em universidade, que além de explorar o coletivo, desenvolve o particular, “produzindo-se o entrecruzamento de leituras, argumentos, experiências...” (p.106) respeitando a convivência e a não hierarquização do grupo, sempre em movimentos dialéticos.

<sup>3</sup> EDITAL Nº 011/2014; EDITAL Nº 006/2015; EDITAL Nº 004/2016; EDITAL Nº 005/2017; EDITAL Nº 004/2018.

<sup>4</sup> EDITAL Nº 014/2014; EDITAL Nº 008/2015; EDITAL Nº 007/2016; EDITAL Nº 008/2017; EDITAL Nº 007/2018.

<sup>5</sup> EDITAL Nº 22/2014 – RETIFICADO

<sup>6</sup> Segundo dados do INEP, considerando a modalidade de Ensino Médio, há 20.982 professoras do sexo feminino e apenas 6.415 do sexo masculino no Rio Grande do Sul, no ano de 2007, fonte: MEC/Inep/Deed. Portanto, nesse trabalho, aplicarei o termo “professores”, implicando mulheres e homens.

ano de 1939 (SAVIANI, 2009, p.144). Essa diferença de tempo revela como o Curso Normal foi significativo e duradouro como local de estudos para a profissão de professor(a). Acredito que a valorização profissional que se evidencia atualmente nas escolas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental se fundamentou no trabalho desenvolvido no Curso Normal, porque este era, até a década de 1990, o local prioritário onde as futuras e futuros professores estudavam para trabalhar na escola, uma vez que não lhes era exigido até então o curso de graduação. Esta exigência passou a acontecer com a LDB 9394/96, de dezembro de 1996, ainda em vigor no Brasil.

Como se sabe, é de extrema importância a afinidade dos pesquisadores com o objeto em estudo, pois terá que passar muito tempo retomando conceitos e aprofundando relações, em um trabalho de pesquisa normalmente solitário (AMARAL, 2010). Portanto, considerando as idas e vindas do projeto, minhas inquietações durante as aulas e durante o movimento de produção e análise dos dados como Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UFSM, desenvolveu-se a escolha dessa temática. Tal escolha deu-se por entender que para iniciar um estudo se deve, primeiramente, compreender os fatores que nela intervêm, seu passado, presente e prospecção de futuro. Deste modo, é importante entender a historicidade do Curso Normal, para então compreender a valorização dos professores que diz muito sobre os profissionais da educação e sobre os momentos, políticos e sociais, que influenciam e influenciaram na educação desde o início do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac até 1970.

Para a realização do projeto de pesquisa, desenvolvido no Kairós, foi escolhido o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac por ser o primeiro Instituto de Educação criado no interior do Estado, formando sua primeira turma de normalistas no ano de 1947; e por ter um rico Acervo Histórico com inúmeros dados e documentos. O grupo Kairós teve acesso aos documentos relacionados ao Curso Normal, totalizando 127 documentos, sendo 96 pertencentes no Livro Tombo, disponibilizado pela escola. Tal acervo contém notícias, atas, objetos, diários e registros de professores, uma maquete da escola, uniformes, fotografias etc. Estes dados tiveram um longo processo de análise, para isso foi utilizada a técnica de análise documental de políticas públicas, de documentos, e materiais de história da educação, de imagens e artefatos pedagógicos.

Considerando esses aspectos, este trabalho está estruturado em quatro seções. Na primeira seção consta a metodologia da pesquisa, seguida pela seção em que se encontra o campo empírico, contando a história da educação no Brasil e direcionando ao Rio Grande do Sul e ao Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac em Santa Maria. Entra-se na terceira seção, apresentando a instituição juntamente com a análise e produção dos dados e finaliza-se na seção de número quatro com as considerações finais. Essas seções estão interligadas a partir da problematização e dos objetivos que deram origem à pesquisa. Assim, faz-se necessário lê-las em seu conjunto para que se compreenda o texto como um todo.

## 9. Os caminhos da pesquisa

### 9.1. Aspectos metodológicos

“Inventei de mexer com quem estava quieto, puxei conversa, dei-me o atrevimento de cutucar onças com vara curta. Agora, aqui estou, meio atordoado com tantas vozes, incertos de meus próprios caminhos, mas desejoso de trazer mais vozes à mesa de nossa interlocução”. (MÁRIO OSÓRIO MARQUES)

É bem assim que me encontro. Considerando-se o tema valorização profissional, tem-se muito a se falar, e poucos falam. Quando professores têm oportunidades para debater sobre o tema, ficam quietos e normalmente com medo de responder as perguntas. Sendo assim, quando perguntava por que não buscam direitos, não fazem greves, eles recuam, e relatam o medo do poder autoritário, o grupo de professores fica sem saber o que fazer e para onde ir. Tudo continua igual.

Intrigada com esse estado de apatia, neste trabalho através da análise dialética<sup>7</sup> fiz buscas por respostas do presente que na história se auto-explicam para entender por que hoje há esta desvalorização. Portanto, neste trabalho realizou-se uma investigação qualitativa, por entender que é a que melhor engloba os fenômenos sociais, a considerar também as relações dos sujeitos pertencentes da pesquisa, entendendo que todas as relações influenciam nos valores, crenças e vivências. “Não existe produção de saber fora dos jogos de poder” (COSTA, 2007, p. 150). Por viver-

---

<sup>7</sup> Por análise dialética, se entende o movimento de abordagem dos fenômenos como síntese do que já foi e possibilidade para o que será o futuro. Portanto, a análise considera os fenômenos como evidência de algo que sintetiza uma historicidade.

se em uma sociedade capitalista, tudo está direcionado para os metabolismos do capital, e a escola tem papel de “formar a mão de obra”. O mesmo acontece com a universidade e com as pesquisas que nela se desenvolve. Frigotto argumenta muito bem ao afirmar que “a defesa da neutralidade científica não passa de um mecanismo de defesa do *status quo*, no caso dos interesses burgueses” (FRIGOTTO, 2010c, p. 42). Já eu me posiciono acreditando que quanto mais revolucionária for a pesquisa, deve ser publicada e lida por todos, pois assim, nem que seja mínima, pode haver uma mudança, e uma saída do *status quo*, desafiando o comodismo das pessoas, e repensando em seus atos, práticas e modo de agir.

Durante a pesquisa, realizou-se estudo, visando a compreender como se constituiu a valorização dos professores no Curso Normal do IEEOB, entendendo que a valorização é importante para a constituição da profissão. Os materiais observados foram disponibilizados pelo Acervo Histórico do Instituto, ao qual já tinha acesso por participar do projeto do Kairós, que estuda também no local os mesmos materiais. Para esta pesquisa foram analisados os seguintes materiais, escolhidos por estarem entre os anos da pesquisa, formando a historicidade da instituição, e marcados por características de feminização e de valorização, por serem considerados importante para a pesquisa, estes materiais foram disponibilizados pelo acervo do IEEOB e digitalizados pelo grupo Kairós

Quadro 1 – Materiais de pesquisa encontrados no Acervo Histórico

(continua)

	<b>ANO</b>	<b>DOCUMENTO</b>
1.	1901 – 1911	Livreto Nº83 Histórico do I.E.O.B.
2.	1901-2001	Livro 100 anos de história e saber
3.	1929	Livreto regulamento do ensino normal
4.	1932 - 1934 -1940	Pasta fotos alunas mestras da escola complementar
5.	1934	Diploma escola complementar de Santa Maria
6.	1938 - 2001	Pasta com jornais e certificados do I.E.O.B.
7.	1939	Álbum ENOB - Vida fotográfica
8.	1939- 1940-1941	Livro de visitas e inspeção
9.	1939 -1941	Álbum ENOB
10.	1941 – 1954	Livro escola normal Olavo Bilac



11.	1942	Álbum fotos ENOB
12.	1943 – 1944	Pasta arquivos relatórios
13.	1945 – 1955	Livro histórico professores e funcionários Curso Normal
14.	1946	Álbum escola Normal Olavo Bilac
15.	1947	Quadro com cópia da foto da 1 <sup>o</sup> turma de normalistas da E.N.O.B.
16.	1947 – 1966	Livro registro histórico dos professores
17.	1947 - 1968	Pasta com fotos
18.	1947 – 1968	Pasta recortes de jornais sobre I.E.O.B.
19.	1952 - 53 - 55 – 60	Álbum s. da pátria - formaturas
20.	1959 – 1960	Livro fatos escola Normal Olavo Bilac
21.	1960 - 1984	Pasta com fotos
22.	1963 – 1969	Livro diário Curso Normal e primário
23.	1964 – 2004	Pasta atas de formaturas do curso normal
24.	1969	Livro relatório IEOB
25.	1969	Livro pequeno do regimento interno

Fonte: Livro tombo, 2015.

Como técnicas de produção de dados, realizou-se análise documental dos materiais, sendo eles previamente selecionados, conforme o título da pasta. Após foi analisado cada material para ver se correspondia com os fins da pesquisa, e em seguida, selecionados os documentos relacionados à historicidade da educação, valorização profissional, e a feminização do magistério. Como base na análise, foram definidas as categorias de “valorização profissional, feminização, história da educação e Curso Normal”. Todas estas foram encontradas nos registros do acervo e estão detalhadas e analisadas no decorrer do texto. Todos os registros do acervo foram disponibilizados pela responsável do acervo, e liberado o estudo pela diretora atual do IEEOB. A partir da análise deste material e da historicidade baseada em referenciais teóricos o qual me auxiliam, recontarei a história da educação e apresentarei os indícios obtidos para a confirmação do material exposto. Neste trabalho, também apresentarei a historicidade do contexto educacional e como ela refletia no IEEOB, relacionando com a valorização profissional e a feminização do magistério.

Assim, esta pesquisa é um estudo na qual se relaciona à história da educação no Brasil, no Rio Grande do Sul, e em Santa Maria/RS, de modo comparativo com a historicidade vivida e registrada pelo Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Deste modo, como categoria central da pesquisa encontramos a valorização profissional relacionada com a feminização do magistério. Portanto, a problematização que orientou a pesquisa é: Como se evidencia a valorização profissional em sua relação com a feminização do magistério gaúcho, a partir da historicidade do Curso Normal, do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, de Santa Maria/RS, entre 1901 e 1970? Teve como objetivo geral, recontar a história do magistério gaúcho, e relacionar com os temas: valorização profissional e feminização do magistério. Os objetivos específicos foram ao encontro da necessidade da pesquisa, sendo eles: mostrar como as mulheres entraram no mundo do trabalho pela educação; Como a profissão professor se feminizou; Quais os indícios de valorização profissional que se encontrou no Curso Normal do IEEOB de 1947 a 1970; Recontar a história do Curso Normal do IEEOB; Ver indícios de valorização profissional do masculino e do feminino pelos vencimentos recebidos. Dentre tudo isso, pretendo com este trabalho salientar nas professoras uma autovalorização, que busquem pelos seus direitos e que lutem por melhorias pela classe.

Conhecendo a história, pode-se projetar um futuro e assim buscar melhorias, sempre com conhecimentos e aportes teóricos, pois a profissão professor no momento é a menos<sup>8</sup> “prestigiada” pela população Brasileira. Mesmo sendo a profissão que forma todas as profissões, como sempre é falado pelas pessoas e mídias, é a profissão mais desvalorizada, com uma intensificação de trabalho e defasagem salarial. Estes índices compõem a história do magistério, mas pretendo modificá-los a partir da minha atuação profissional.

9.2. Campo empírico: a história da educação, do Curso Normal, da Instituição, ligada a feminização e valorização profissional.

9.2.1 Uma formação necessária, ideias iniciais da história da educação.

---

<sup>8</sup> Brasil cai para última posição em ranking sobre prestígio do professor.  
<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-cai-para-ultima-posicao-em-ranking-sobre-prestigio-do-professor,70002593574>. Acesso em 24 de Outubro de 2018.

A considerar que se trata de um trabalho baseado no materialismo histórico dialético, entendendo que acontecimentos anteriores, são de imensa influência para acontecimentos posteriores, apresento, uma breve história de como o Curso Normal configurou-se em *lócus* da pesquisa, e como esta Instituição se constituiu historicamente e relacionou-se com a feminização do magistério, e a valorização profissional. Entende-se profissão, conforme Marques (1988), como algo a mais do que uma atividade, pois implica em todos os âmbitos relacionados à existência do ser humano, ou seja, o social, o econômico, materiais, culturais e ético.

Para entender como se relaciona a valorização profissional e a feminização do magistério, é necessário voltar ao século dezenove, para recuperar como surge e evolui o Curso Normal no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Brasil já independente de Portugal, e no ano de 1827 aprova a lei “Escola de Primeiras Letras”, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos, prevendo em seus artigos 4º e 5º, a adoção obrigatória do método Lancasteriano, também conhecido como “ensino mútuo”, que, segundo Saviani (2010, p. 128), aproveitava os estudantes mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas.

No ano de 1834, através do Ato Adicional à Constituição, virou tarefa das províncias cuidar das escolas primárias e secundárias. E como reflexo deste Ato, em 1835, foi criada a primeira Escola Normal, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. (SAVIANI, 2011, p. 133). Tratava-se de uma escola que era regida por um diretor que também era professor, e um currículo muito parecido com o da Escola Elementar, sem dar atenção para a formação didática.

A escola será regida por um diretor que ensinará: os conhecimentos de leitura e escrita pelo método lancasteriano, cujos princípios doutrinários e práticos explicará: as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; noções de geometria teórica e prática; elementos de geografia; princípios da moral cristã e da religião oficial e gramática nacional. (VILELLA, 2000, p.109).

Entretanto, como afirma Rabelo e Martins, 2010, o currículo das meninas era diferente do currículo dos meninos. Elas eram destinadas à costura, ao bordado e à cozinha, e eles estudavam geometria. “As mulheres professoras eram isentas de ensinar geometria, mas essa matéria era critério para estabelecer níveis de salário, portanto, reforçava-se com isso a diferença salarial” (RABELO E MARTINS, 2010,

p.6170). Nesta afirmação, já se pode perceber a desvalorização profissional, ou seja, a mulher não era obrigada a ensinar, mas este seria um critério no estabelecimento dos salários, fazendo com que desde o início as mulheres recebam menos que os homens por se acharem incapazes de aprenderem o mesmo que eles, mentalidade esta que foi desenvolvida nas mulheres devido aos homens sempre as ver como inferiores e incapazes de raciocinar.

Essa escola durou pouco tempo, pois, com a Reforma Couto Ferraz, foi considerada onerosa, ineficiente quanto à qualidade da formação que ministrava e insignificante em relação à quantidade de estudantes que formava (SAVIANI, 2011, p. 133). Foi fechada no ano de 1849 e substituída por professores adjuntos, que eram auxiliares de professores em exercício. Para tal função, era requerido apenas o preparo prático, sem preocupação com a teoria. Esta reforma não foi totalmente executada pelas províncias, sendo, em 1859, reaberta a Escola Normal de Niterói (SAVIANI, 2010, p. 134).

Tudo isso foi realizado em âmbito nacional, mas especificadamente a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual Rio Grande do Sul, foi ter a primeira escola pública pelo método lancasteriano no ano de 1827 (PIMENTEL, 1945, p.61). No ano de 1831, houve a primeira aula pública feminina, provida por concurso. O relatório de governo no ano de 1846 mostra a baixa atratividade do magistério e a falta de professores.

A pouca importância que entre nós se dá aos instrutores da mocidade afugenta da nobre carreira que é o magistério os que a ela se deviam dedicar com vantagem pública; nem a paga é tal que recompense o incômodo ou ao menos chegue para os mestres subsistência. (RIO GRANDE DO SUL, 1846, p.10)

Desde o ano de 1846, ao qual a citação se refere, já se pode perceber a baixa atratividade salarial do magistério. Desde o início, devido às mulheres não aprenderem geometria, seu salário poderia ser menor em relação aos homens. Hoje, no trabalho que as mulheres dominam em quantidade, elas ainda sofrem, tanto pela desvalorização, o não reconhecimento da profissão, quanto pela intensificação do trabalho e a má remuneração que lhe é ofertada, fazendo com que muitas vezes a mulher desista da profissão por não conseguir sustentar a família.

No ano de 1869, foi aberta a primeira Escola Normal da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O regulamento do curso de Estudos Normais determinava, em

seu artigo 1º, que haveria uma Escola Normal, anexa ao Liceu, na qual se preparariam os professores de ambos os sexos para a instrução primária. O curso teria duração de dois anos (SCHNEIDER, 1993, p. 234). Pode-se ver algumas características gerais, conforme afirma Tanuri (2000, p. 65), relativamente às escolas Normais abertas naquele momento:

Algumas características comuns podem ser observadas nas primeiras escolas normais aqui instaladas. A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, está limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. A infra-estrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. A frequência foi reduzidíssima, muito embora a legislação das diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independentemente de concurso.

No ano seguinte, em 1870, a Escola Normal São Pedro do Rio Grande do Sul, é reformada por lei, sua clientela é especificadamente definida como “aspirantes ao magistério público do sexo masculino” (WERLE, 2017, p. 147). Entretanto, durante as inscrições, muitas vagas foram ocupadas por órfãs que buscavam uma forma de se manter e saírem do colégio Santa Teresa<sup>9</sup>. O diretor Pe. Cacique de Barros<sup>10</sup> se manifestou em relatório anexado ao da direção de Instrução Pública, em 1872:

O novo regulamento porém, posto em execução a 3 de abril, [...] veio interromper a marcha e colocar os professores e alunos da escola em embarços bem sérios. [...] A variedade, porém, e a multiplicidade de matérias a estudar-se, perturba de tal sorte as ideias, que por mais robusta que seja a inteligência e feliz a memória, o talento verga-se ao peso de tanto trabalho; e tendo sido a Escola Normal concorrida sempre desde o seu princípio por muito maior número de alunas do que moços, tanto mais prejudicial se torna esta variedade de matérias de ensino, quanto o sexo feminino, se excepcionalmente tem sido mais constante, o é

---

<sup>9</sup> Foi criado em 1861. Era uma instituição para recolhimento, sustento e educação das meninas desvalidas mantida pela caridade pública (SCHNEIDER, 1993, p. 244).

<sup>10</sup> “Padre Joaquim Cacique de Barros (Salvador, 18 de agosto de 1831 - Porto Alegre, 13 de maio de 1907) foi um professor, padre católico e destacada figura no campo da Assistência Social gaúcha. Ordenado padre na sua cidade natal em 1853, foi professor de História, Geografia e Cosmografia em Salvador. Chegou em Porto Alegre em 1862 e foi um dos fundadores da Escola Normal desta cidade, mas foi como filantropo em que se destacou ao criar os asilos: Santa Teresa e o Asilo de Mendicidade Padre Cacique em 1892.” [https://pt.wikipedia.org/wiki/Padre\\_Cacique](https://pt.wikipedia.org/wiki/Padre_Cacique) Acesso em 24 de Outubro de 2018.

temporariamente, mostrando no final sua natural fraqueza (RIO GRANDE DO SUL, 1873, p. 18)

No ano de 1879, pelo decreto 7.247, a reforma Leôncio de Carvalho<sup>11</sup>, no art. 9º, tratou de regulamentar o funcionamento das escolas Normais, fixando os currículos; a nomeação dos professores; o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários. Já no art. 8º, relatava sobre a equiparação das Escolas Normais e criava bibliotecas e museus pedagógicos em todas as Escolas Normais. Também nesta reforma, o art. 1º, autorizava o ensino livre, que era a possibilidade de entes não estatais oferecerem a instrução elementar e secundária. Sendo assim, conforme Saviani (2010, p. 140), “ao longo do século XIX, foi crescendo o movimento pela desoficialização do ensino e multiplicadas as iniciativas de abertura de escolas por meio de entidades particulares de benemerência que se propunham a oferecer ensino gratuito”. Com isso, foi oportunizado um espaço privilegiado para a educação privada e, como afirma Fagundes (2015), gerada a “naturalização” da exclusão escolar de camadas mais pobres da sociedade e o controle da escola como um lugar de distinção.

No ano de 1881, reorganizava-se novamente a escola Normal e foi introduzido “um ano de Curso Preparatório seguido de 3 anos de curso normal, o preparatório habilitava para o ingresso no normal” (WERLE, 2017, p. 147). Esse nível de ensino era separado por turmas conforme o sexo.

---

<sup>11</sup> Carlos Leôncio da Silva Carvalho (Rio de Janeiro, 18 de junho de 1847 — São Paulo, 9 de fevereiro de 1912) foi um advogado, professor e político brasileiro. Em 1864 se matriculou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1868. Em 1870 prestou concurso para professor, foi aprovado em terceiro lugar, foi nomeado lente substituto por decreto de 4 de janeiro de 1871 e tomou posse em 3 de fevereiro de 1872. Na política do Império do Brasil foi membro ativo do Partido Liberal (então na oposição). Em 5 de janeiro de 1878 subiu ao poder o Partido Liberal, com o conselheiro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu como presidente do Conselho de Ministros (título equivalente ao de primeiro-ministro) e Carlos Leôncio da Silva Carvalho para a então denominada Pasta do Império. Foi deputado geral (equivalente aos atuais deputados federais) por São Paulo de 1878 a 1880. Foi nomeado lente catedrático pelo decreto de 7 de junho de 1881, tomando posse em 14 de junho de 1881. Mais tarde, foi nomeado bibliotecário da Faculdade de Direito pelo decreto de 31 de janeiro de 1885 e tomou posse do cargo em 4 de fevereiro de 1885. Com a aposentadoria de André Augusto de Pádua Fleury, foi nomeado diretor da Faculdade de Direito pelo decreto de 4 de outubro de 1890, cargo que ocupou até 25 de abril de 1891. Com a proclamação da República, foi eleito para a primeira legislatura do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, participando do Congresso Constituinte, onde foi um dos relatores da primeira Constituição de São Paulo. De volta a Faculdade de Direito, foi nomeado para a cadeira de direito público pelo decreto de 7 de fevereiro de 1895, onde se aposentou pelo decreto de 12 de janeiro de 1901 e mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro (cidade) para lecionar na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Le%C3%B4ncio\\_da\\_Silva\\_Carvalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Le%C3%B4ncio_da_Silva_Carvalho) Acesso em 24 de Outubro de 2018

Em 1889, houve a Proclamação da República, e, em 1891, é promulgada a primeira Constituição, ficando mais uma vez perdida a instrução pública, pois ela nunca foi assumida pelo Governo. Sendo o mesmo que delegava aos estados a competência para legislar e prover esse nível de ensino. Assim, ficou a cargo dos Estados a difusão da instrução, mediante a disseminação das escolas primárias (SAVIANI, 2010, p. 171).

No Rio Grande do Sul, em 1900, sob ideais positivistas, Borges de Medeiros<sup>12</sup> compromete-se a instalar o Primeiro Colégio Distrital no RS, de acordo com o Decreto 373, que troca o nome de Escola Normal para Colégio Distrital. Assim, no ano seguinte, nasce o colégio Distrital, hoje conhecido como Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

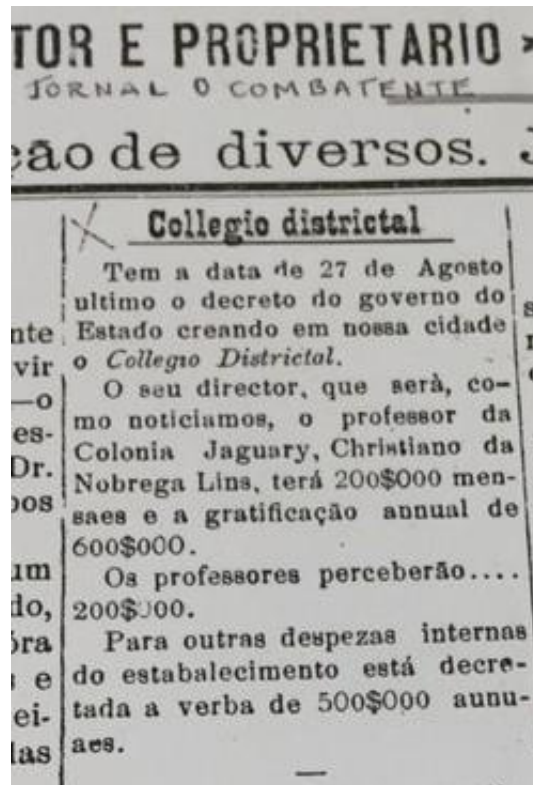
### 9.3.2 A Instituição.

Conforme o Decreto 397, de 27/8/1901, é criado o Colégio Distrital, atual Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, na cidade de Santa Maria, que ministrava o Ensino Elementar e Complementar. Seu primeiro diretor foi Christiano da Nóbrega Lins, conforme noticiou o jornal “O Combatente”.

---

<sup>12</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros (Caçapava do Sul, 19 de novembro de 1863 — Porto Alegre, 25 de abril de 1961) foi um advogado e político brasileiro, tendo sido presidente do estado do Rio Grande do Sul por 25 anos, durante a República Velha.  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Borges\\_de\\_Medeiros](https://pt.wikipedia.org/wiki/Borges_de_Medeiros) Acesso em 24 de Outubro de 2018.

Imagem 1 – Jornal O Combatente



Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015

Pode-se perceber na notícia do jornal, o valor salarial ganho por ser diretor, o qual é o mesmo valor destinado aos professores, e como se sabe, por estar-se envolvido na escola, percebe-se a diferença de trabalho de um professor para um diretor, tendo este, naquela época, uma bonificação anual no valor de três meses de salário. Ao mesmo tempo, era destinado à instituição o valor de 500\$000 anual para melhorias e manutenção do prédio. Portanto, os diretores, normalmente homens, deviam manter-se com um salário igual ao dos professores e realizar mais tarefas que estes. Por sua vez, a escola recebia uma verba parca para manter-se habitável e cabia ao diretor também a gestão desse recurso.

O Colégio Distrital teve seu primeiro dia letivo no dia 20 de setembro de 1901 e para toda a população foi um alívio, pois ansiavam por mais vagas na rede pública, pois havia apenas 3 aulas públicas no município, o que não era suficiente para a população local. O aluguel do estabelecimento de ensino ficava por conta do



município. O intendente Manuel Scherer, no relatório<sup>13</sup> de 1902, mostra que a escola teve muitas matrículas e disponibiliza um valor para reparos do edifício.

Como sabeis, secundando, a ação benemerita do Governo do Estado, contribuiu o município com o ônus da locação do excelente prédio sito à rua Coronel Niederauer para o funcionamento do colégio Distrital. Os aluguéis (duzentos mil réis mensais) têm sido pagos pontualmente, dispendendo-se mais 305\$0000 em reparos no edifício. Apraz-me consignar que o colégio tem correspondido plenamente aos seus fins, difundindo o ensino elementar e complementar por avultado número de alunos. Sua matrícula atual sobe a 190 crianças, sendo 105 do sexo masculino e 86 do sexo feminino. A frequência média é de 145 alunos. (BELÉM, 2000, p.216)

Com base em Corsetti (2007), o período de 1901 até 1906, no Rio grande do Sul e no Brasil foi marcado pelo avanço da Escola Normal, mas não houve investimento na formação de professores. Assim, foram reaproveitados alguns professores já ativos, o que gerou o empobrecimento qualitativo do trabalho dos professores, pois estes professores eram destinados a outra área, que muitas vezes não era de seu domínio, fazendo com que ele perdesse a qualidade de seu trabalho, desenvolvendo algo que ainda não dominava. Essa característica de trabalho é ainda encontrada nas escolas<sup>14</sup>, desrespeito com o trabalho que os professores estão desenvolvendo, e muitas vezes mudanças estas que afetam o psicológico dos professores. E outro problema que emergiu da Revolução Francesa, na França em 1789 foi a mulher sendo responsabilizada por tomar conta da educação dos filhos, e a origem da desvalorização profissional, pois já que é a mulher que gera e que cria um bebê, deve-se estender sua responsabilidade a educar as crianças, tornando a feminilidade mais presente e exigida na educação escolar (RABELO E MARTINS, 2010, p.6168). Entendendo a mulher como destinada ao magistério, visto como uma nobre missão, o professorado não requeria uma boa remuneração, mostrando com isso um dos problemas enfrentados até hoje pelos professores. Estes profissionais, quando mulheres, muitas vezes na história, e, até hoje, são chamados de “tia” por confundir sua profissão com o seu gênero, como se um fosse dependente e interligado

---

<sup>13</sup> Neste relatório, o intendente descrevia os principais acontecimentos da cidade, ao Conselho Municipal.

<sup>14</sup> No ano de 2017 notícia no “O Globo” o qual a professora é desviada de função, do Espanhol, para o Português. <https://oglobo.globo.com/rio/professores-da-rede-estadual-relatam-desvio-de-funcao-em-sala-de-aula-21523086> Acesso em 10 de Novembro de 2018.

ao outro, como por exemplo: “sou professora, por que sou carinhosa, por que sou mãe”.

No ano de 1906, com a reforma da instrução pública os Colégios Distritais tiveram sua estrutura modificada. No dia 16 de maio de 1906, o Colégio Distrital deu lugar à Escola Complementar, de nível secundário, na capital do Estado foi através do Decreto n. 907.

Institui uma Escola Complementar.

O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em execução do regulamento que baixou com o decreto n. 874, de 28 de fevereiro findo, e no uso da atribuição que lhe confere o n. 3 do artigo 20 da Constituição, Decreta

Art. 1º - Fica instituída em Porto Alegre uma Escola Complementar, em substituição ao Collegio Districtal.

Art. 2º - Observar-se-á uma relação do pessoal e outras despesas da Escola Complementar, a tabela de vencimentos e material que vigorava para o Collegio Districtal.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Palacio do Governo em Porto Alegre, 16 de maio de 1906.

A. Borges de Medeiros.

Protásio Alves

(A Federação. 16/05/1906).

Foi publicado no mesmo dia o Decreto 909, para promulgar a então escola Complementar de Santa Maria, que se destinaria para a formação de professores primários e tinha em anexo um curso Elementar. A formação de professores tinha a duração de 3 anos. A Diretora da escola nomeada<sup>15</sup> foi Margarida Lopes<sup>16</sup>. O corpo docente conforme Belém (2000, p. 217), era formado por Cícero Jacinto Barreto, Alcina Ribeiro, Francisca Weinmann, Otto Mueller, Nestor Oliveira e Catarina Acampis, pertencendo os dois últimos ao curso elementar anexo.

No ano de 1909, pelo Decreto 1479, o governo do Estado passou a centralizar a formação docente em Porto Alegre e, assim foi fechada a escola de Santa Maria, sendo substituída pelo Colégio Elementar, que ofertava apenas o Curso Primário (MONTAGNER, 1999, p. 75). Esta escola tinha como função formar professoras, que exerceriam seu trabalho na escola elementar (Curso Primário) anexo ao Colégio Complementar. Em consonância com o filósofo Ghiraldelli Jr. (1985), este período foi caracterizado pelo “entusiasmo pela educação”, que objetivava dar ênfase ao sentido

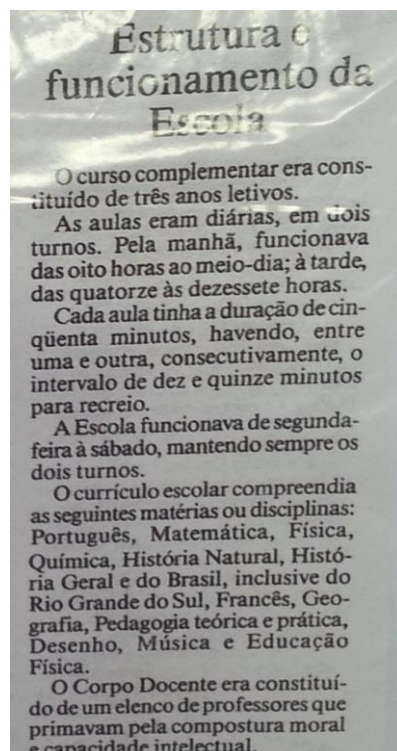
<sup>15</sup> A nomeação era feita pelo Governo. Normalmente esta pessoa não poderia ter relações anteriores com a escola.

<sup>16</sup> Conforme o Acervo Histórico do IEEOB, sabe-se que Margarida foi uma importante diretora da escola, mas em pesquisas em locais públicos, não há nenhuma biografia sua.

quantitativo da educação, o qual abre e expande a quantidade de escolas. Este difere-se do momento chamado “otimismo pedagógico”, que se importava com a qualidade educacional, este preocupava-se com os métodos de ensino. Esses dois momentos da educação se intercalavam durante o primeiro período republicano brasileiro, a República Velha (1889 – 1930).

Somente no governo de Getúlio Vargas, com a reforma de 1929, evidencia-se a preocupação de alocar em principais pontos do Estado escolas de formação de professores. Aconteceu, então, o retorno das escolas complementares, sendo uma cedida a Santa Maria. A primeira turma do Curso Complementar concluiu seus estudos no ano de 1931 (ACERVO HISTÓRICO, 2015). No Jornal que circulava na cidade, um antigo estudante da escola relatou sobre este acontecimento e especificou a estrutura e o funcionamento da escola. Neste caso o relato do jornal foi transcrito por questão de seu estado de conservação não permitir uma leitura fluente.

Imagem 2 –Depoimento de um ex-aluno ao jornal da cidade.



Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.

No ano de 1929, como já mencionado, através do Decreto nº 4.322 do Governo Estadual, volta a funcionar a Escola Complementar, ficando a cargo do município

pagar o vencimento dos professores. Naquele ano, o exame de admissão ao novo estabelecimento de formação de professoras teve 154 inscritos, conforme Montagner (1999, p. 76). Isso explica também o papel que a Escola Complementar em Santa Maria passou a ter. Em seu estudo, a pesquisadora afirma:

A escola complementar a partir desse momento se firma como um espaço de formação muito importante para a região de Santa Maria, vindo a suprir, de certa maneira, as necessidades de docentes primárias tanto do meio rural, quanto urbano. Segundo relato de ex-alunas, quando da época da formatura, já estavam todas empregadas. Essa característica, se fará presente em todo o período estudado, sendo que todas afirmam que não faltavam empregos para professoras (MONTAGNER, 1999, p. 77).

Era Vargas, período que começou em 1930, e ficou conhecido como Estado Novo, sendo caracterizado como centralização de poder, nacionalismo e autoritarismo, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, Palma Filho (2005), nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos<sup>17</sup>. Ele decretou a criação do Conselho Nacional de Educação; a organização do Ensino Superior no Brasil e a adoção do regime universitário; a organização do ensino secundário; o reestabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas; a organização do ensino comercial; e a consolidação das disposições sobre o ensino secundário (PALMA FILHO, 2005, p.62). Para Saviani (2010, p. 196), essas medidas evidenciaram a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-a em objeto de regulação pelo governo central, nos seus diversos níveis e modalidades. Com isso, entende-se que Getúlio governava para todas as classes sociais, construindo escolas, abrindo institutos e muitas outras obras voltadas à educação, mas tudo tinha uma segunda intenção, pois com este movimento ele conseguia dominar a população, e ao mesmo tempo ser aclamado por eles.

---

<sup>17</sup> "Francisco Luís da Silva Campos (Dores do Indaiá, 18 de novembro de 1891 — Belo Horizonte, 1 de novembro de 1968) foi um advogado, professor, jurista e político brasileiro, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937 e do AI-1 do golpe de 1964." [https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Campos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Campos) Acesso em 24 de Outubro de 2018

"Sua nomeação foi uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930, mas resultou também da pressão de setores conservadores da Igreja Católica, liderados por Alceu Amoroso Lima. Francisco Campos já acumulava uma experiência de reformador da educação em Minas Gerais na década de 1920. A reforma que fez no ensino primário e normal do estado foi pioneira no país. Seguiu os postulados da "Escola Nova", que haviam chegado ao Brasil pelas mãos de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo após a Primeira Guerra Mundial." <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao> Acesso em 24 de Outubro de 2018.

Em 1932, há a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Nesse documento, Anísio Teixeira<sup>18</sup>, Fernando de Azevedo<sup>19</sup> e Lourenço Filho<sup>20</sup> e mais 29 professores defendem a educação pública e uma escola única, gratuita, obrigatória e laica (VIEIRA, 2008, p. 87). Brzezinski (1999, p. 88) afirma que os professores:

Defendiam a formação de professores de forma unificada, ou seja, em nível superior independentemente do nível de ensino que viessem a atuar, desse modo seria elevado verticalmente a cultura dos professores e abrir-se-ia a vida sobre todos os horizontes. Porém, como se sabe, esse modelo não foi adotado e, durante o governo Vargas, o Ensino Superior continuou “reservado, exclusivamente, para formar o professor do secundário, inclusive o professor da Escola Normal” (BRZEZINSKI, 1999, p. 89).

Enquanto, em Santa Maria, ocorria a formatura da primeira turma da Escola Complementar. Transcreve-se abaixo as palavras da professora Margarida Lopes, Diretora da Escola, às normalistas concluintes do Curso daquele ano:

O ensino na escola nova, que não tem por fim somente acumular conhecimentos, mas desenvolver capacidades. A escola nova [...] tem por fim copiar a vida, no dizer de Claparede, Decroly e outros [...] positivamente sereis dentro em breve chamadas a desempenhar funções educativas, administrar políticas. A nova República tudo nos permite aspirar para satisfação da nossa ansiedade em cooperar no

---

<sup>18</sup> Anísio Spínola Teixeira (Caetité, 12 de julho de 1900 — Rio de Janeiro, 11 de março de 1971) foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. [1] Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização. Reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro, exercendo vários cargos executivos. Foi um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, divulgado em 1932. Fundou a Universidade do Distrito Federal, em 1935, depois transformada em Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. [https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADsio\\_Teixeira](https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADsio_Teixeira) Acesso em 24 de Outubro de 2018

<sup>19</sup> Fernando de Azevedo (São Gonçalo do Sapucaí, 2 de abril de 1894 — São Paulo, 18 de setembro de 1974) foi um professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo brasileiro. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando\\_de\\_Azevedo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_de_Azevedo) Acesso em 24 de Outubro de 2018

<sup>20</sup> Manuel Bergström Lourenço Filho (Porto Ferreira, 10 de março de 1897 — 3 de agosto de 1970) foi um educador e pedagogista brasileiro conhecido sobretudo por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova. Foi duramente criticado por ter colaborado com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Sua obra nos revela diversas facetas do intelectual educador, extremamente ativo e preocupado com a escola em seu contexto social e nas atividades de sala de aula. Lourenço Filho era apoiador da eugenia, acreditava que brancos eram superiores aos negros, concluindo através de "pesquisas", que a cor da pele tinha relação direta com a capacidade intelectual, dizendo que crianças pretas deveriam estudar em salas separadas das crianças brancas. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Louren%C3%A7o\\_Filho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Louren%C3%A7o_Filho) Acesso em 24 de Outubro de 2018.

engrandecimento nacional. O horizonte ilimitado e invisível no futuro se descortina para a vossa mocidade grandiosa. Contemple-o em sonho, abrangei-o em pensamento [...] vereis o Brasil unido e forte, iluminado pelas irradiações luminosas da instrução, ocupando um lugar de destaque entre as mais ricas e felizes (LOPES, 1932 apud MONTAGNER, 1999, p. 78).

A diretora ao final do trecho enfatiza: “ocupando um lugar de destaque entre as mais ricas e felizes”. Neste trecho, percebe-se uma dualidade, pois fica subentendido e, por isso, não está claro se a diretora se direciona às normalistas ou a nação brasileira. A fala da diretora ocorreu no mesmo ano em que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova veio à publicação, todas as envolvidas acreditavam em um período de mudança, de inovações, uma nova educação, sendo ela laica, de qualidade e gratuita.

No ano de 1934, é promulgada a terceira Constituição Federal, é a primeira vez que se tem um espaço significativo para a educação em uma Constituição Federal, de acordo com Vieira (2008, p. 89) contando com dezessete artigos sobre a educação. No mesmo ano no dia 20 de setembro conforme consta no relatório, foi imposto na escola de Santa Maria o nome “Farroupilha”, por autorização do Dr. José Antônio Flores da Cunha. Em 1936, o Governo do Rio Grande mandou levantar no mesmo terreno da escola, um novo prédio, com 40 peças e 3 pisos, sendo este inaugurado em 30 de julho de 1938, sendo chamado agora por Escola Complementar Olavo Bilac. Mas este nome não dura muito tempo. Um novo decreto entra em cena, o nº 97, de 16 de julho de 1941, assinado pelo secretário da educação J.P. Coelho de Souza<sup>21</sup>, a escola passa a se chamar Escola Normal Olavo Bilac (Acervo histórico do IEEOB, 2015). O Decreto define:

Pelo Decreto-lei nº 97 de 16 de Julho de 1941, foi reorganizada em novas bases a escola complementar “Olavo Bilac, localizada na cidade de Santa Maria, a qual passou a demonizar-se Escola Normal “Olavo Bilac”;  
Que a Escola Normal em referência se constitue dos seguintes cursos e instituições:

- a) Curso normal, ou profissional, de 2 anos.
- b) Curso secundário-fundamental, de 5 anos

<sup>21</sup> José Conceição Pereira Coelho de Souza (Porto Alegre, 27 de outubro de 1898 — Porto Alegre, 12 de março de 1982) foi um advogado, historiógrafo e político brasileiro. Formou-se advogado aos 26 anos, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e foi eleito para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano Liberal (PRL) em 1935, para o mandato de dois anos (até 1937). Em 1951 assumiu uma cadeira na Câmara Federal, como deputado federal, ocupando a vaga até 1962. Entre 1937 e 1945 foi secretário de Educação e Cultura do RS. Foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e foi eleito para a cadeira nº 23 da Academia Rio-Grandense de Letras em junho de 1968. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Coelho\\_de\\_Souza](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coelho_de_Souza) Acesso em 24 de Outubro de 2018.

- c) Escola primária, de 5 anos
  - d) Escola pré-primária, de 3 anos;
- Que o Estado deseja seja fiscalizado pelo Ministério da educação o curso secundário-fundamental, para todos os fins de direito;  
Que solicita, assim, inspeção prévia, para efeitos de fiscalização permanente, comunicando que, de acordo com o artº17 do decreto supra referido, a Prefeitura Municipal de Santa Maria fará, de imediato, o depósito necessário na Tesouraria dêsse Ministérios. (Acervo Histórico do IEEOB, 2015)

Junto ao Decreto-Lei, seguia a relação dos professores do antigo Curso Complementar e dos que lecionam no primeiro ano do curso secundário, para que passassem a ser considerados integrantes do corpo docente. Entre os nomes está Professora Alda Saldanha, diretora da Escola, e professora de Pedagogia e prática profissional; Professora Célia Travassos Alves, professora de Português; professora Ida Godinho; de Francês; professora Gilda Fernandes, de Matemática; Professora América Achutti de Geografia; professor Eduardo Trevisan, de Desenho; professora Alba Fiori Belém, de História; professor Dr. Helio Homero Bernardi, de Ciências; professora Ainá Rosado Paiva, de Economia Doméstica; Professor Garibaldi Poggeti, de Música e de Educação Física; professora Malvina Weinmann, de Trabalhos Manuais (Acervo Histórico do Olavo Bilac, 1945). Encontra-se em Petry (1990, p. 32), uma síntese que se considera pertinente sobre o período de 1930 e o Curso Normal. Ela afirma que “a escola normal, sofrendo as influências das ideias do liberal-pragmatismo<sup>22</sup>, passa a educar o professor primário dando ênfase no aspecto técnico, em detrimento do político”. Pode-se assim entender que o papel dos professores como técnicos, mais uma vez desmerecendo o empenho, e o estudo que é preciso e fundamental para a docência, remetendo mais uma vez a se entender a profissão como dom, como missão, na qual com a prática e a técnica, se consegue realizar a docência, e deixando de lado os estudos necessários para a constituição de um professor, de caráter crítico, o qual argumenta suas escolhas pedagógicas.

Com a inauguração do novo prédio foi organizada uma biblioteca para o agora chamado “curso de aplicação”. A Biblioteca denominou-se Felipe de Oliveira<sup>23</sup>, e os

---

<sup>22</sup> O pragmatismo é um pensamento filosófico criado, no fim do século XIX, pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), pelo psicólogo William James (1844-1910) e pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr (1841-1935). Eles se opunham ao intelectualismo, considerando o valor prático como critério da verdade. Ser partidário do pragmatismo é ser prático, ser pragmático, ser realista. Aquele que não faz rodeio, que tem seus objetivos bem definidos, que considera o valor prático como critério da verdade. <https://www.significados.com.br/pragmatismo/>. Acesso em 24 de Outubro de 2018.

<sup>23</sup> Felipe Daudt d’ Oliveira nasceu em Santa Maria, RS, em 23 de agosto de 1890, e morreu em Paris, no dia 17 de fevereiro de 1933. Foi farmacêutico, escritor e poeta.

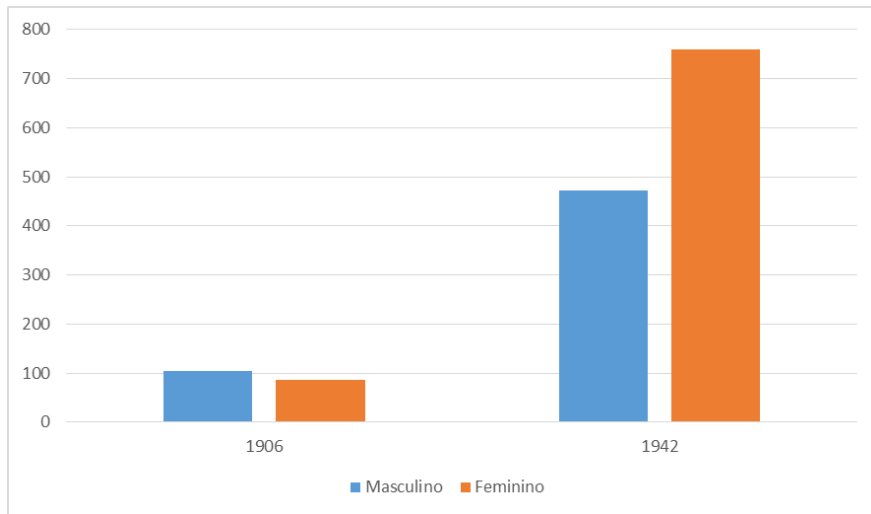
estudantes eram obrigados a 2 horas de leituras por semana (conforme relatório 1938, p. 60.)

No ano de 1939, é criado, no Brasil, o Curso de Pedagogia, pelo Decreto lei n.1,190 na universidade do Brasil, sendo este bacharelado dedicado a formar para cargos técnicos. Conforme Fiorin (2012, p. 38) o currículo do curso era conhecido como 3 + 1, sendo 3 anos de curso, formando-se bacharel e podendo acrescentar um ano de didática, o qual habilitava para a licenciatura, mas este modelo acabava fragmentando a educação, aprendendo primeiramente a teoria, formando-se em bacharel e após tendo aulas de didática. Diferentemente do Curso Normal, o qual, segundo o Decreto lei 97, durava 2 anos. Pelo decreto Lei 97, mas no ano de 1941, a escola Olavo Bilac, passa a denominar-se Escola Normal Olavo Bilac. E, ainda, foi implementado o Ensino Secundário Fundamental (antigo ginásio), além dos cursos já disponíveis na escola, o Normal, o Primário e o Pré-primário.

Com a criação do curso de Pedagogia na Universidade do Brasil, abrindo assim mais um curso na área da educação, pensava-se que iria sobrar vagas no Curso Normal, mas como mostra o gráfico abaixo, nos documentos do acervo histórico do IEEOB foi encontrado o número de estudantes matriculados no ano de 1942, e pelo registro pode-se considerar que, desde os primeiros dados, no ano de 1906, a escola teve um grande aumento em quantidade de estudantes e de cursos disponibilizados pela escola, sem decair a partir do momento da abertura do curso de Pedagogia.

Gráfico 1 - Matrículas 1906 e 1942.





Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.

Pode-se perceber a grande quantidade de estudantes que se encontra na escola, nessa época, imagina-se como era a estrutura para comportar esses estudantes, professores e outros que se encontram na escola. No mesmo ano, no mês de setembro, encontrou-se no Acervo uma ficha de classificação, com assinatura da técnica de educação Ruth Costa Rodrigues, na qual avalia 5 itens da escola. Local 78,5%; edifício 98,1%; instalações 55,7%; salas de aula 85,5%; salas especiais 73%. Itens estes que estão diretamente envolvidos no trabalho pedagógico dos professores, pois conforme Ferreira, acredita-se que “pedagógico é todo pensar-agir da escola com o intuito de produzir conhecimento” (2008, p.178). Portanto, deve-se pensar nas condições para o pedagógico transitar dos estudantes, nos lugares onde vão produzir conhecimentos, e, principalmente, na estrutura e no suporte que a escola oferece, como, por exemplo, materiais para que os estudantes se sintam à vontade e queiram frequentar a escola. Nesse caso, considerando o Curso Normal e seus estudantes, pensa-se que no momento em que eles aprendem confortavelmente e que a escola auxilie para a produção do conhecimento. Desse modo, a partir desse exemplo, eles irão automaticamente reproduzir em suas práticas quando professores, o bem-estar, fazendo com que mostrem aos seus estudantes que a escola não é tão distante de seus anseios por condições de vida melhores, nem tão rígida. Alguns itens que foram avaliados pela técnica de educação, Ruth Costa Rodrigues também se refletem e impactam na valorização dos professores, pois a partir do momento em que os professores têm a sua sala de aula em boas condições e tem o material necessário

para trabalhar, a autoestima dele se renova, e mostra que ele deve ser reconhecido e ter um salário digno conforme suas atribuições.

Nesse mesmo ano, de 1942, no mês de julho, encontrou-se um boletim do Curso Complementar da escola, relatando os nomes dos professores, os respectivos componentes curriculares com os quais trabalhavam e vencimentos, que conforme Camargo (2010), é diferente de salário e remuneração:

O “salário” é definido juridicamente como o montante ou retribuição paga diretamente pelo empregador ao empregado pelo tempo de trabalho realizado – em geral, em relação ao número de horas-aula – nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT<sup>24</sup>). Já o termo “vencimento” é definido legalmente (Lei nº 8112, de 11/12/90, art. 40) como “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”. Os “vencimentos” dos cargos efetivos são irredutíveis e, para cargos de mesma atribuição ou de atribuição semelhante na mesma esfera administrativa, é garantida sua isonomia. O conceito de “remuneração”, por sua vez, pode ser definido como o montante de dinheiro e/ou bens pagos pelo serviço prestado (por exemplo, cestas básicas), incluindo valores pagos por terceiros. A “remuneração” é a soma dos benefícios financeiros, dentre eles o “salário” ou “vencimento”, acordada por um contrato assinado entre empregado e empregador, tendo como base uma jornada de trabalho definida em horas-aula. O “salário” ou “vencimento” são, assim, uma parte da “remuneração”. No caso do magistério público, a “remuneração” é composta pelos “vencimentos” do cargo, acrescida de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, em outras palavras, o vencimento básico mais as vantagens temporais, as gratificações, o auxílio transporte, etc.

Conforme o exposto o correto é chamar de vencimento, e não salário como é popularmente conhecido. Conforme Gatti; Barreto, há no país 5561 municípios, e cada um tem seu sistema de ensino e regulamentações, não podendo assim heteroginizar a carreira e nem o salário de professores (2009, p. 237-238). Segue então a lista encontrada com nomes e salários.

Imagem 3 - Lista dos vencimentos de 1942

---

<sup>24</sup> A CLT é de 1943.

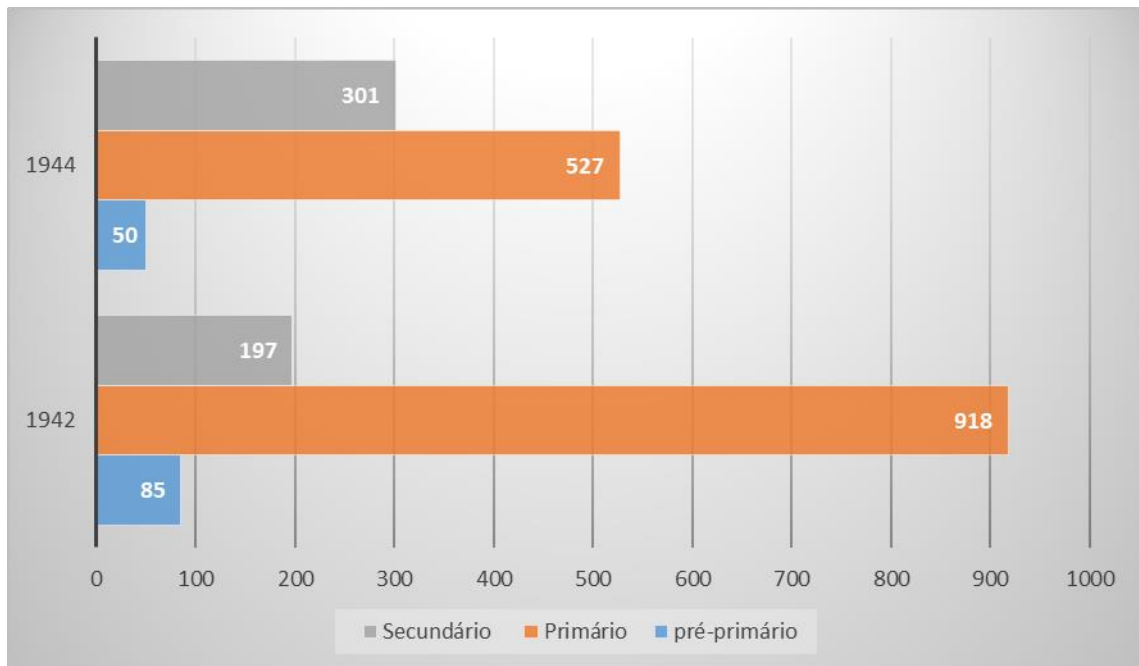
n.º	Nome	Curso	Materia	Classe	Categoria	Salário	Recebimentos	Outros	Matrículas	Alunos matriculados	Alunos matriculados	Alunos matriculados	Alunos matriculados	Alunos matriculados	Alunos matriculados	Alunos matriculados	Alunos matriculados
1	Celia Gonçalves Alves	1ª	Português	H	Interina	4	800 000	3º	34	32	94						
2	Conceição De Azevedo	2ª	Francês	H	Interina	-	800 000	3º	34	32	94						
3	Cilda Fernandes	3ª	Matemática	H	Contratada	-	800 000	3º	34	30	90						
4	América Azevedo	4ª	Geografia	H	Interina	-	800 000	3º	34	30	90						
5	Eduardo Gervasio	5ª	Artes	H	Interino	-	800 000	3º	34	30	94						
6	Alba Faria Rebelo	6ª	História	H	Catedrático	-	800 000	3º	34	30	90						
7	Dr. Helio Roberto Fernandes	7ª	Ciências	H	Interino	-	800 000	3º	34	30	90						
8	Caribaldi Foggetti	8ª	Música	H	Contratado	-	800 000	3º	34	30	90						
9	Márcia Wehmann	10ª	Ens. manuais	H	Contratada	-	800 000	3º	34	30	90						
10	Yoana Kahl	11ª	Ed. Física	D	Adida	-	450 000	3º	34	30	90						
11	Alba Saldanha	12ª	Pedagogia	H	Catedrático	-	800 000	3º	34	32	94						

Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.

Pode-se perceber que a maioria dos professores ganhavam o mesmo valor mensal, independentemente de sua categoria, seja ela catedrático, contratado ou interino. Apenas a professora de educação física, classificada em outra categoria, e com salário menor, por ser adida, ou seja, temporária, especialista em uma área específica e excedia, em termos de quantidade, o grupo de professores que era determinado conforme a quantidade de estudantes. Percebe-se que o salário aumentou significadamente desde o início da escola para o ano de 1942, porém não se tem ideia, se comparado ao salário atual, era um bom salário, devido à falta de um conversor de moeda confiável.

No ano de 1943, o Decreto Estadual Nº 775A, art. 155, V, de maio de 1943, regula a quantidade de estudantes matriculados. Tal lei diz: “Compete a congregação: fixar, anualmente, dentro das limitações estabelecidas em lei, a lotação das classes e o número de turmas, nos cursos normais e extraordinários”. Mas isso não se percebe averiguando a quantidade de estudantes, segundo o quadro de matrículas no ano de 1944. Nele, se observa que o pré-primário, e o primário diminuem de quantidade, mas o secundário teve um acréscimo significativo de estudantes relacionado ao quadro anterior de 1942.

Gráfico 2 – Quantidade de matrículas 1942 e 1944.



Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.

O Decreto nº8.530 do ano de 1946 veio para definir a finalidade do Curso Normal. O Curso deveria “prover a formação docente necessária para as escolas primárias, bem como habilitar administradores das escolas e desenvolver técnicas relativas à infância”. Regulamentou também que agora o Curso Normal poderia ser constituído de homens e mulheres como estudantes. E era condição de admissão não ter defeito físico ou distúrbio funcional que contraindicasse o exercício da função docente; bom comportamento social e, ainda, não eram admitidos, candidatos maiores que vinte e cinco anos. Portanto, se pensar que apenas alguns padrões podiam ser professores, o caráter era comprovado por um atestado de boa índole, sendo assim os professores tinham que ter uma formatação e “uma padronização, que garantisse a homogeneização daquelas que se responsabilizariam pelo ensino na escola primária” (MONTAGNER, 1999, p. 85). Tomando sempre os professores como padrão, e considerando que as normalistas desta época eram na maioria mulheres, de classe média, concorda-se com Petry (1990, p. 40): “o ensino normal acabou por se transformar na escola da população feminina de classe média. Era um sistema de discriminação social, porque mulheres de classes populares não tinham acesso ao curso”. A descrição de como deveriam ser as mulheres a assumirem como professoras contém aspectos interessantes sobre o lugar social da mulher professora

naquela época, como se observa no atestado de idoneidade <sup>25</sup>moral da professora Alda Saldanha.

Atestado de idoneidade era um requisito fornecido por alguém com cargo ou destaque social a ser apresentado no ato de posse e que dava a certificação de que a profissional ou o profissional professor estava em condições sociais de trabalhar na profissão. Do ponto de vista de mulheres, esse atestado é um fator que afeta mais uma vez a afetar significadamente na questão de valorização profissional, por considerar a professora como um exemplo para as futuras professoras, que se encontravam em formação. Com a elevação dos níveis sociais para o magistério, como afirmado acima, acredita-se que a formatura deveria ter seu custo elevado, item que se apresenta na imagem da formatura na 1º turma de Normalistas do ano de 1947. A pomposidade e a felicidade são nitidamente notadas nas fotos encontradas no Acervo. Do mesmo modo, são fotografias com normalistas, reafirmando que a Escola Normal era composta apenas por mulheres.

Imagem 4 – 1º turma de normalistas, 1947.



Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.

---

<sup>25</sup> Anexo A

Portanto essa primazia da quantidade de mulheres remete a pensar na relação da valorização ou da perda de valorização profissional e o ingresso massivo de mulheres na profissão. Tal relação exige entender dois conceitos significativos: a feminização e feminilização do magistério. Hypólito auxilia a entender que :

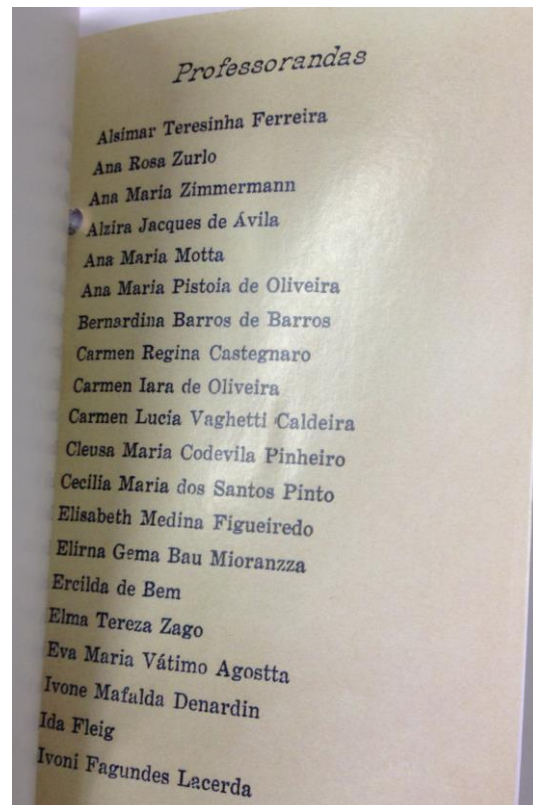
Dentre as características que permitiam o ingresso maciço das mulheres na profissão ou dentre as características femininas que se adequavam às da profissão podem ser destacadas: a proximidade das atividades do magistério com as exigidas para as funções de mãe; as “habilidades” femininas que permitiam um desempenho mais eficaz de uma profissão que tem como função cuidar de crianças; a possibilidade de compatibilização de horários entre o magistério e o trabalho doméstico, já que aquele pode ser realizado em um turno; a aceitação social para que as mulheres pudessem exercer essa profissão. (1997, p. 55)

No século XIX, havia as aulas separadas para meninos e para meninas. As professoras trabalhavam com as meninas e os professores homens com os meninos. Havia também as aulas mistas, ministradas pelas mulheres. Na medida em que essas aulas mistas aumentaram começaram a aumentar também as professoras, resultando, afinal, na sua predominância. É a feminização. Outro motivo do aumento feminino na docência é a industrialização, pois com ela os homens tiveram que trabalhar nas fábricas (necessitava-se “mão-de-obra”), e foram as mulheres que passaram, então, a trabalhar como professoras. A mulher trabalhar no magistério significou, nos discursos, apenas uma extensão de sua atividade de educadora dentro de casa. Por isso, criou-se a ideia de uma profissão vocacionada, profissão que serve especialmente para as mulheres, por elas “serem” sensíveis, amáveis, calmas (características atribuídas normalmente a elas). É a feminilização (TAMBARA, 1998).

No século XX, como mostra a foto anterior, as mulheres se solidificaram no magistério, e isso se refletiu no Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, e pode ser averiguado pelas fotos, depoimentos, convites de formatura, depoimentos de antigas normalistas, recortes de jornal a respeito das formaturas ou trabalhos realizados pelas normalistas, etc., em que só aparecem mulheres. Nesse período, as mulheres queriam mudar e realizar intervenções sociais. portanto, encontraram estas possibilidades no Curso Normal. Devido as suas características femininas, propícias para a escola, como afirma Hypólito (1997, p.55), as mulheres tinham o tempo necessário para o trabalho e o dom/vocação para a profissão.

Como se vê neste convite de formatura do ano de 1966, as formandas/estudantes denominavam-se “professorandas”, termo usado no feminino, por só identificar mulheres na turma, remetendo-se as estudantes que iriam se formar naquele ano.

Imagem 5 – Convite de formatura Professorandas do ano de 1966.



Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.

Em Santa Maria, na década de 1950, cria-se o Colégio Estadual Olavo Bilac, que é anexo à Escola Normal. Naquele momento, o Colégio era destaque na cidade, como afirma Montagner:

O IEOB já era então um espaço importante enquanto formador de professoras, é que a primeira faculdade destinada a formação de docentes somente foi criada em Santa Maria na segunda metade da década de 60, Faculdade de Pedagogia. Fica claro que frequentar o Instituto era o auge, o ponto máximo na carreira profissional daquelas que optaram em se dedicar ao ensino primário e não tinham condições de procurar cursos superiores em outros centros maiores. É inegável a importância, lugar de destaque, que o IEOB ocupava na sociedade regional, espécie de cartão de visitas ou postal da cidade, o que se manifesta nos convites para comparecer ou ser anfitrião de solenidades significativas aos interesses do poder público. E, com suas “moças”, de “boas famílias”, bem uniformizadas conforme os padrões

exigidos na época, a escola fazia-se presente em todos os eventos, onde as alunas eram elogiadas em sua “missão” de amor aos pequeninos e de saber portar-se como “espelhos”, exemplos a serem seguidos pelas demais mulheres. A fala de uma ex-aluna é significativa nesse tocante e sintetiza o que sentiam em relação a escola: “Nós andávamos de cabeça erguida, era um orgulho ser normalista do Bilac, todos nos respeitavam”. Esse orgulho bilaquiano é significativo em todas as narrativas das ex-alunas (1999, p. 87).

Pode-se compreender a tamanha vontade que era estudar no Olavo Bilac, e a grande procura pelo Curso Normal, quando no ano de 1952 foi publicado no jornal “A razão” uma nota sobre o exame de admissão<sup>26</sup>, e nele era retomado o decreto 775-A, de 1943, de 9 anos antes, alegando a realização de provas para a admissão na 1ª série do curso ginásial, e fixando o máximo de 80 vagas.

É estranho se pensar que entre a data do decreto 775-A (1943) e a publicação no jornal, há um importante documento que é o Decreto Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), e que nada diz sobre a quantidade excessiva de matrículas, tendo que ser retomado um documento que foi publicado anteriormente para considerar o máximo de matriculados. Essa incongruência faz pensar: será que a Lei Orgânica queria encher as escolas, sem se importar com a quantidade de estudantes, e colocar em prática o “entusiasmo pela educação” onde só importava a quantidade de estudantes, sem se importar com a qualidade da educação? Um exemplo é outra publicação deste mesmo jornal, que divulgou uma nota que encerrava as inscrições devido à grande procura. O concurso encerrou-se com a procura de 280 candidatos, sendo que havia apenas 80 vagas, e entrariam na carreira conforme suas notas no exame.

Outro ponto citado na notícia diz respeito ao pedagógico. A nota cita ser um sacrifício para o ensino, uma grande quantidade de estudantes, sendo que o mestre deve estar à vontade para desempenhar a sua árdua missão, demonstrando o grande prestígio que tinha e o quanto era estimado. Mostra também como o trabalho dos professores era relacionado a um sacerdócio, ou seja, não era considerado um trabalhador, mas alguém que estava cumprindo uma missão e que, por isso, era necessário que o mestre estivesse “à vontade” para desempenhá-la. De acordo com os apontamentos de Ferreira, 2006, no início da profissão, os professores assemelhavam-se a monges, pois seus trabalhos eram considerados como doação,

---

<sup>26</sup> Anexo B



vocação. Todas estas concepções cresceram a partir do momento que a igreja foi expandindo o sistema escolar, divulgando textos religiosos. Essas características são encontradas até hoje na área da educação, quando os egressos são questionados sobre o porquê de escolherem cursar Pedagogia, ou escolherem trabalhar na docência escolar. Nesses casos, esses alegam gostarem de crianças, como se o amor, fosse o que movesse a profissão, e não a profissão como um trabalho qualquer como de um advogado, administrador ou arquiteto. Há de ficar clara a diferença entre missão e vocação, considerando que a segunda é algo que nasce consigo, que é historicizada na origem do ser humano, e a primeira é construída por si mesmo, ou pelo grupo ao qual pertence e se torna parte do ser humano durante a existência social do mesmo (Ferreira, 2006).

Em 1954, pelo Decreto 4845, foi desanexado da escola o segundo ciclo do Ensino Secundário da Escola Normal, virando Colégio Estadual de Santa Maria (atual Colégio Estadual Manoel Ribas<sup>27</sup>). Em 1957, pelo Decreto 7654, foram desanexados os ginásios vinculados à escola e o Ginásio da Escola Normal foi transformado em Ginásio Padre Caetano Pagliuca, atual Escola Estadual de Ensino Médio Maria Rocha<sup>28</sup> (Histórico do IEEOB, 2015).

---

<sup>27</sup> Com o declínio do transporte ferroviário, a Escola de Artes e Ofícios Sessão Feminina deixou de existir, terceirizando seu patrimônio. E então o local passou a abrigar outras instituições de ensino, a Escola Artesanal Dr. Cilon Rosa, o Grupo Escolar João Belém e o Ginásio Estadual Manoel Ribas. E, a partir de 1974, passou a ser a sede definitiva do Colégio Estadual Manoel Ribas. Em 1977, a COOPFER, proprietária do imóvel, passou a sua responsabilidade para o governo do estado do RS. Na década de 1990, tendo em vista as precárias condições de conservação em que se encontrava, o que comprometia a sua beleza arquitetônica, a comunidade, organizada, fez um movimento, simbolizado pelo grande abraço à escola, exigindo providência das autoridades. Então, em modernas técnicas de preservação de estilo, o restauro foi feito. E, em 2000, esse prédio, que já era considerado patrimônio histórico do município, junto com o complexo cultural da Vila Belga e da Gare, é tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Seu primeiro diretor foi o professor Rômulo Zanchi, um culto e exigente padre que, junto com grandes mestres, em memoráveis aulas, preocupavam-se em informar e formar jovens. Educavam pelo exemplo. E marcaram a história da educação de Santa Maria. Tanto que, pela notável qualidade de ensino, chegou a ser considerado Colégio Padrão do RS. Hoje a escola funciona em três turnos, com 1900 estudantes, seus 115 professores e 30 funcionários. Disponível em <https://colegiomanoelribas.weebly.com/> Acesso em 24 de Outubro de 2018.

<sup>28</sup> Atualmente, a escola possui Ensino Médio, Ensino Técnico Profissionalizante Subsequente e Ensino Técnico em Informática Concomitante ao Ensino Médio. Conta com 1110 estudantes, 103 professores e 14 funcionários. Acesso em 24 de Outubro de 2018.

No ano de 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases, que tramitou no congresso por 13 anos até ser promulgada pelo presidente da República, João Goulart (VIEIRA, 2008, p. 111-113). Os argumentos da Lei despertavam os interesses privados e “a derrota dos interesses ligados à escola pública é explícita no título relativo aos recursos para a educação” (FAGUNDES, 2015, p. 103). Mas a vigência dessa lei durou muito pouco, abolida em 1964, pelo Estado civil e Militar, período este marcado pelo autoritarismo, que reestruturou a educação, dando-lhe um caráter tecnicista, contra o agrado dos estudantes que foram para as ruas protestar.

Com a LDB aprovada no dia 20 de dezembro, são fixadas as diretrizes e bases da educação nacional, e a expectativa era de que, nesse período, a educação teria um grande avanço. Porém, Saviani argumenta que:

Quando se pensa numa lei específica para a educação, é porque se está visando à sua sistematização e não apenas à sua institucionalização. Antes de haver leis de educação, havia instituições educativas. Isso não implica, entretanto, a vinculação necessária da sistematização à legislação, ou seja: não é necessário que haja lei específica da educação para que haja educação sistematizada; esta poderá existir mesmo que não exista aquela. O que fica claro é a vinculação necessária da lei específica de educação à sistematização. Tal lei visará consolidar o sistema ou reformá-lo (caso exista), ou então, instituí-lo, ou pelo menos, determinar condições para que ele seja criado (caso não exista). [...] Com efeito, se por diretrizes e bases se entendem fins e meios, ao serem definidos em termos nacionais, pretende-se não apenas estimular uma práxis intencional particular, mas conduzir uma práxis intencional comum no domínio da educação. E esta práxis comum, como já se mostrou, é que levará à construção do sistema (2012, p.87).

Portanto, com Saviani (2012), entende-se que o funcionamento da escola deve seguir em consonância com as leis, sendo a lei e o trabalho já existentes um antes do outro, e deve-se remodelar, readequar as práticas já aplicadas ordenando-se com a lei. Portanto nessa situação concorda-se com Petry, quando relata que:

O professor torna-se um executor de ordens dentro da burocracia escolar, desaparecendo o seu trabalho intelectual de importância fundamental para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem torna-se mero executor de uma política educacional traçada em gabinete. Portanto, a política educacional expressa a reordenação das formas de controle social, estruturados em função das modificações do modelo econômico. (PETRY, 1990, p. 45)

Em Santa Maria, em 1962, a Escola Normal é transformada em Instituto de Educação Olavo Bilac e, segundo Montagner (1999, p. 89), com a Ditadura Militar, “a vigilância vasculha toda a educação na escola, o cuidado para a não infiltração de

ideias “subversivas” é redobrado, há que se proteger também, principalmente, as futuras professoras”. Ao ser outorgada a sexta Constituição, a de 1967, e havendo muitas pessoas sem direito à educação e com os militares ao poder, Vieira (2008, p. 122) afirma que são adotadas inúmeras iniciativas para promover o ajuste da política e da organização educacional às determinações econômicas. A mais importante aconteceu no ano de 1968, quando foi promulgada, Lei nº 5.540, que é chamada de Reforma Universitária, e também no ano de 1971, Lei Nº. 5.692/71, modificando os ensinos primário e secundário, e alterando o nome para primeiro e segundo grau. Sendo assim, desapareceram as Escolas Normais e foram substituídas pela habilitação específica de 2º grau, para o exercício do magistério de 1º grau. Portanto, com a mudança de nome, mudou a especificidade do segundo grau, agora voltado obrigatoriamente para a formação profissional.

Com todas estas mudanças e desvalorizações, hoje não teria como a profissão professor ser diferente: uma precariedade, exaustividade, má estrutura, e tudo que envolve o trabalho pedagógico. Em cada período, a educação acaba se adequando às políticas públicas educacionais, portanto, acaba, muitas vezes, sem saber o seu rumo, e sem se autovalorizar, pois está acostumada a receber regras, e não ter autonomia. Isso é muito frequente e é um problema cultural, pois passa-se de professor em professor pelo Curso Normal, sendo este destinado a ensinar a ensinar, e com o avanço turbulento das leis, cabe aos professores adequar suas práticas.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluo que a historicidade do magistério foi marcada por mulheres, um embate histórico, considera-se que hoje não se pode ter uma profissão com caráter diferente. Entendo o Curso Normal como início da história da formação de professores, pois apenas em 1960 apareceu o primeiro curso de Pedagogia na cidade de Santa Maria, pode-se considerar que as professoras precursoras são as normalistas, tratadas por muita pompa em suas formaturas, por uma religiosidade, e por amor às crianças, deixando isso para as futuras professoras. Professoras estas que ao ingressarem em um curso de licenciatura hoje, já alegam ter dom, ou encarar a profissão como uma missão, como se fossem destinadas a praticarem a docência, característica muito ligada a religiosidade envolvida com a história da educação.

Diferente de tudo isso, eu estou neste momento, a pensar na Pedagogia como uma profissão, e exercer como um trabalho que requer minhas competências e habilidades, mostrando o melhor de mim, para uma profissão considerada a progenitora de todas as outras, pois todos necessitam de um professor. Mas acredito que falta consciência de classe<sup>29</sup> na profissão, nossa história é marcada por *glamour*, pomposidade e status, devido às condições daquela época, por considerar o país patriarcal, no qual as mulheres estavam na docência apenas por *hobbies*, pois eram sustentadas por seus maridos, e entendiam a profissão como uma extensão das atividades do lar. Hoje, devido, na história, não necessitar de um grande salário que sustentasse a família, vive-se este embate: as mulheres, agora donas de si, necessitam de uma boa remuneração, pois podem manter famílias e sabem qual o seu papel na sociedade. A feminização do magistério tomou conta a partir da industrialização e, desde lá impregnou-se na profissão a visão de maternidade, amorosidade e caridade. Estes elementos, muitas vezes, só reforçam a desvalorização da docência, por considerar isso como algo frágil. Devido às más condições de trabalho, péssimas estruturas das escolas, poucos materiais, poucos recursos, baixos salários, insegurança e intensificação do trabalho. Pela historicidade percebe-se que já está na hora de mudar, não há mais pomposidade na formação hoje em dia, e ainda não é bem remunerada. Com o passar dos tempos a profissão foi se perdendo, sendo sucateada, e desvalorizada. Pode-se perceber isso claramente na história do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, pois foi necessário até a aplicação de um exame de admissão uma vez que a procura era enorme, sendo o mesmo fechado anteriormente às inscrições tendo em vista que já havia ultrapassado o número limite. Esses fatores influenciam diretamente no trabalho pedagógico dos professores, e hoje em dia as turmas têm poucas estudantes, e com a LDB 9394/96 o futuro do magistério do Curso Normal é incerto. A considerar toda a história vivida de luta pelas nossas ancestrais relacionadas à educação, na qual conseguiram ser maioria em um espaço de trabalho, cabe a nós neste momento lutar, buscar melhorias tanto estruturais quanto salariais, plano de carreira, formação continuada e valorização profissional para que o futuro seja melhor para nós mesmas.

---

<sup>29</sup> Por consciência de classe entende-se que, a partir do momento que o sistema capitalista tomou conta, e as pessoas ao trabalharem na mesma profissão, uniram-se para lutar por fins comuns, formaram uma classe. (MARX, 1985, p.90)

De acordo com a problematização inicial, tem-se como resposta que a valorização profissional na história do Curso Normal se dá no momento em que as professoras conseguem entrar para o Curso Normal, quando se formam, momento em que a pomposidade aparece, ou quando é necessário para seu trabalho o atestado de idoneidade moral. E então quando começam a trabalhar as professoras são reconhecidas como missionárias, com o dom de dar aula. Jamais se pensou em valorização com aumento de salário, ou plano de carreira, ou pensar que a valorização é deixar o professor confortável com a quantidade de estudantes, para benefício do seu trabalho pedagógico.

Assim a feminização do professorado chegou em um momento de grande prestígio pessoal, considerando atestado de idoneidade, o *status quo* que a profissão produzia. Porém, em relação ao profissional, chegou em um péssimo momento. Isto porque não houve aumento salarial digno, e até se encontram algumas lutas por melhorias, mas por condições internas ou externas, o resultado destas lutas nunca foi tão satisfatório para os professores. Há, cada vez mais, um sucateamento das escolas, más condições estruturais, de materiais e cada vez é mais perigoso estar nas escolas, pois só cresce os índices de violência escolar contra o professor<sup>30</sup>. Considerando a troca de moedas brasileiras, percebe-se que o salário dos professores aumentou, mas ainda não é o suficiente, não corresponde a todas as horas trabalhadas que os professores realizam, tanto em sala de aula, quanto em casa, planejando. Entendo, portanto, que as professoras mais do que nunca necessitam fazer ecoar suas vozes, e mostrar-se como classe trabalhadora, buscar melhorias, estruturais, psicológicas, emocionais, materiais, enfim uma valorização profissional.

“Na mesma barca nos encontramos.

Todos concordam - vamos lutar!”

(Agostinho Neto)

---

<sup>30</sup> Uma pesquisa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (alunos de 11 a 16 anos) põe Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. O levantamento é o mais importante do tipo e considera dados de 2013. [...]Na enquete da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml> Acesso em 8 de Novembro de 2018.

## 10. REFERÊNCIAS

AMARAL, C. L. C. **À procura de pertença profissional:** as interfaces do trabalho nos discursos de egressos (as) do Curso de Letras-Inglês da Universidade Federal de Santa Maria. 2010. 126p. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

BRZEZINSKI, I. **Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental:** respeito à cidadania ou disputa pelo poder? Educ. Soc. [online]. 1999, v. 20, n. 68, p. 80-108. ISSN 1678-4626.

CORSETTI, B. **A educação:** construindo o cidadão. IN: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.) República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), 2007, v.3 t.2

COSTA, M.V (org.). **Caminhos Investigativos II:** outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação – 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

FAGUNDES, J. L. **O trabalho pedagógico, as políticas públicas de universalização da educação básica e o Curso Normal:** entre cabotagens, naufrágios e travessias. 2015. 207 f. Santa Maria, UFSM (Dissertação de mestrado), 2015.

FERREIRA, L. S. **Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FERREIRA, L. S. **“Gestão do Pedagógico: de qual pedagógico se fala?”** IN: Currículo sem Fronteiras, v.8, n.2, pp.176-189, Jul./Dez 2008.

FERREIRA, L. S. **“Pedagogia como ciência da educação: retomando uma discussão necessária”.** IN: Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 227, p. 233-251, jan./abr. 2010

FIORIN, B.P. **Trabalho e pedagogia:** considerações a partir dos discursos de pedagogas na escola. 2012. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação estrutura econômico-social capitalista. 9 ed, São Paulo: Cortez, 2010c.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GHIRALDELLI, Jr.P. **O “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico” em uma perspectiva dialética**. Revista da ANDE (9): 5-7,1985.

GROOVE, G. **Se movimento**. Ocupa. Faixa 01. 2016 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xXHeTb5TWGM> acesso dia 18/10/2018.

HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, p. 81-100, 1999.

HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Tradução João Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARQUES, M. O. **Conhecimento e educação**. Ijuí: Editora UNIJUI. 1988.

MARQUES, M.O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. – 2. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011

MONTAGNER, R. **Ressignificando imagens/memória de alunas do Instituto Estadual Olavo Bilac: processos de formação de professoras (1929-1969)**. 1999 Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 1999.

PALMA FILHO.J.C. **A educação Brasileira no período de 1930 a 1960: A era Vargas Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.

PETRY, M. L. B. **A formação do professor: da escola normal à habilitação magistério**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, 1990.

PIMENTEL, F. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Vol. I. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945.

RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4. 2010, Uberlândia. Anais... Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório com quem abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o Exmo. Sr. Conde de Caxias Presidente da mesma província**. Porto Alegre: Typographia de I. J. Lopes, 1846.

SAVIANI, D. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. - (Coleção memória da educação).

SAVIANI, D. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ. [online]. 2009, vol.14, n.40, pp.143-155. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCHNEIDER, R.P. A instrução pública no Rio Grande do Sul 1770-1889. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS/EST, 1993

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

VEDOIN, A. **Dialética das relações Sociais**: O trabalho pedagógico dos (as) diretores (as) do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, RS (1947 – 2017), 2018. 247 f. Santa Maria, UFSM (Tese de doutorado). 2018

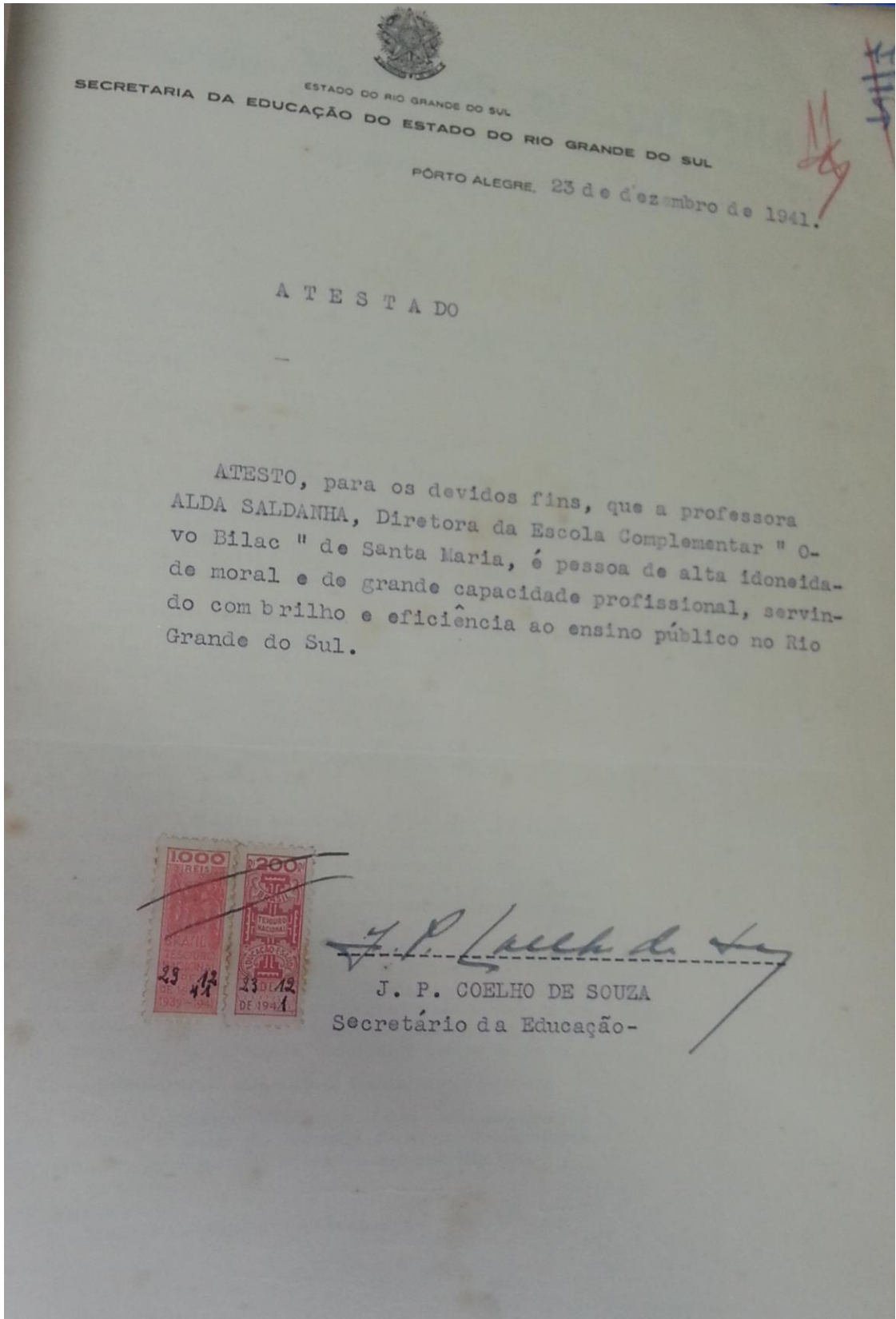
VIEIRA, S. L. **Desejos de reforma**: legislação educacional no Brasil – Império e República. Brasília: Líber Livros, 2008.

WERLE, F.O.C. **Escola Normal no Rio Grande do Sul, século XIX**. In -As escolas normais no Brasil: do império à república. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2017 – p.131-152.



11.ANEXOS

ANEXO A – Atestado de idoneidade moral.



Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.

ANEXO B – Publicação em jornal, curso de admissão 1952.

30-12

# Escola Normal «Olavo Bilac»

## Exames de Admissão ao Curso Ginásial

Nota oficial da CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL  
"OLAVO BILAC"

A CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL "OLAVO BILAC", no uso das atribuições que lhe confere o Dec-Lei 775, A. de 1943, art. 155, §5, tendo em vista o numero excessivo de alunos já matriculados na Escola e o grande numero de inscrições ao Exame de Admissão, fixa em 80 (oitenta) o numero de vagas na 1.ª série Ginásial.

FAZ saber que, de acordo com a Portaria 501, de 19 de maio de 1952:

Art.º 8.º: Os candidatos serão classificados de acordo com as notas obtidas, para efeito de preferência para a matrícula.

Art.º 9.º: Quando o numero de vagas na 1.ª série Ginásial for inferior ao de candidatos aprovados, serão revalidados os respectivos certificados de aprovação para matrícula em outro estabelecimento.

assinado: MARIA LUIZA ROTH  
Presidente da CONGREGAÇÃO

Publicado no jornal "A Razão"  
em 30/12/52

Fonte: Acervo Histórico do IEEOB, 2015.